

Educação Pré-Escolar: Necessidade e Realidade

*Celina Imaculada Girardi**

RESUMO

O ensino pré-escolar no Brasil é um campo a ser melhor explorado em termos de recursos físicos, materiais e humanos.

Para tanto, é imprescindível analisar o atendimento prestado à faixa etária de zero a seis anos, bem como definir com clareza e precisão os fins da educação infantil, estimular a pesquisa e criação de cursos a nível de graduação na área do pré-escolar, para que este campo seja progressivamente ocupado por docentes habilitados, capazes de prover o ensino e a pesquisa voltados para as necessidades desta parcela da população.

O grande número de crianças na faixa de zero a seis anos existente nos dias de hoje no Brasil, requer cada vez mais atendimento especializado voltado para os problemas relativos a esta faixa etária.

Diante do crescimento populacional e da necessidade das mães manterem-se afastadas do lar para contribuírem na economia familiar, aumenta vertiginosamente a proporção de crianças que reclamam atendimento em creches, escolas maternas ou jardins de infância, tornando-se necessidade urgente o ensino pré-escolar.

Em relação à educação do pré-escolar, "a lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971, que traça diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, determina em seu artigo 19, parágrafo 2º, que os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. Recomenda ainda aos sistemas (artigo 61), que estimulem as empresas que tenham em seus serviços mães de menores de 7 anos a organizar, diretamente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público, educação que preceda o ensino de 1º Grau" (Brasil, 1977b, p.11).

* Professora do Centro de Ciências da Educação (Departamento de Estudos Especializados em Educação) da Universidade Federal de Santa Catarina.

Através de Indicação 45/74, o Conselho Federal de Educação também pronunciou-se sobre o assunto afirmando que “cada sistema de ensino, sem deixar de lado a luta prioritária pelo atingimento da obrigatoriedade escolar representada pelo ensino de 1º grau, saberia encontrar soluções criando estímulos que fomentassem a ampliação da oferta de atendimento da população pré-escolar” (5:11).

Entretanto, apesar da determinação da Lei 5692/71 e da recomendação do CFE através da Indicação 45/74, entre outros, o atendimento ao pré-escolar é feito em âmbito muito restrito.

Apenas as famílias com maior poder aquisitivo podem proporcionar a seus filhos uma boa educação pré-escolar. As famílias de baixa renda dificilmente tem acesso a este tipo de ensino e quando isto acontece na maioria das vezes, trata-se de um trabalho de caráter assistencialista, mais voltado para a “guarda” e alimentação das crianças por um ou dois turnos diários, do que para a orientação e estimulação das mesmas.*

Segundo Mondale (Apud 2:11) “temos a possibilidade de elaborar um programa autenticamente criativo de desenvolvimento pré-escolar para todas as crianças.

Porém, também podemos desperdiçar essa oportunidade e institucionalizar, com todos os seus defeitos, um complicado sistema de ninarrias para os pobres.” E isto, infelizmente, tem se tornado freqüente em nossos dias, ou ainda pior, quando por vezes são abertas creches e/ou jardins, por órgãos governamentais ou via convênios com instituições e mantidos precariamente por algum tempo, deixando depois, descomprometidamente, à mercê da própria comunidade, que acabará fechando-os por não ter as mínimas condições físicas, humanas e materiais para conservá-los.

Por outro lado, a maioria das Instituições que atendem ao pré-escolar não contam com pessoas especializadas. Grande parte dos que trabalham com crianças na faixa da primeira infância agem intuitivamente.

A falta de conhecimentos básicos sobre o crescimento normal e atípico deste período, bem como a ausência de habilidades para o tratamento com crianças, dificultam a compreensão plena das possibilidades desta etapa de vida e dos programas de ensino a serem desenvolvidos.

* Veja dados do artigo “Habilitação: Educação Pré-Escolar — aspectos de sua criação e implantação na UFSC”, constante da presente revista.

“Para compreender plenamente as possibilidades desta etapa, faz falta uma gama de conhecimentos básicos e de capacidades mais amplas que as que costuma possuir o docente pré-escolar típico. Para que os programas de ensino pré-escolar possam fundamentar-se sobre o resultado cumulativo de investigações a respeito do desenvolvimento e aprendizagem da criança, é preciso diferenciar mais claramente entre as funções de ensino e as tarefas auxiliares” (2:7).

É comum encontrar em Instituições pré-escolares pessoas que apenas desenvolvem funções de auxiliares como dar banho, vestir e alimentar, acreditando com isto estar desempenhando as funções de docente.

Isto ocorre ou por ignorância total ou parcial das atribuições do docente, ou por orientação das pessoas que administram e/ou conveniência da própria instituição pré-escolar, que se prestando apenas ao atendimento das necessidades básicas da criança, evita contratar e remunerar melhor o profissional habilitado para essa área.

A expansão da educação hoje reclama, além do cuidado básico com a primeira infância a aparição de um profissional habilitado e a sua colocação urgente no mercado de trabalho para o atendimento desta faixa etária. Pois, conforme Almy (1), a tarefa do educador pré-escolar será a de uma pessoa especializada para ensinar as crianças de menos de 7 anos de idade, facilitando em uma diversidade de formas o desenvolvimento e a aprendizagem das mesmas.

A escola pré-primária, no momento atual, “é uma área de flutuação porque faltam idéias claras e coerentes sobre sua função: por um lado julga-se suficiente prover as necessidades físicas da criança, cuidar da aquisição de bons hábitos de conduta, oferecer oportunidades de jogo; por outro introduzem-se pedantesamente elementos de instrução formal como se ela fosse uma espécie de antecâmara de escola primária” (3:7).

Tais problemas ocorrem pela ausência de uma definição clara e objetiva dos fins da educação pré-escolar e de uma política educacional que propicie condições à expansão e desenvolvimento de escolas infantis, bem como favoreça a pesquisa e experimentação nesta área. E neste sentido Bartolomeis (3:6), afirma que “é necessário definir com clareza e precisão os fins da educação infantil, examinar cuidadosamente, numa perspectiva pedagógica, os dados que emergem da pesquisa psicológica e sociológica, descer pelo caminho da experimentação ao plano de determinação dos métodos, das técnicas, dos materiais e das condições ambientais propícias”.

Acrescenta-se à definição dos fins da educação infantil a necessidade de estimular a pesquisa no âmbito da pré-escola pois, "o educador pré-escolar trata com um sistema complicado, um conjunto de organismos multifaciais cuja interação com as diferentes influências ambientais muda com o tempo. Além disso, tal sistema implica subsistemas que se superpõem, como a criança, a família, a comunidade e vários grupos da mesma ordem como a escola, os professores e os programas. Grande parte das investigações se descuidaram consideravelmente de um certo número de variáveis" (1:310).

Segundo Goldberg (8), as pesquisas na área da pré-escola precisam ser melhor exploradas no Brasil, visto que a maioria dos dados existentes ou são insuficientes, por refletirem apenas ângulos parciais dos problemas que afetam a área pré-escolar, ou são pouco confiáveis por tratarem de resultados de pesquisas encomendadas, cujos dados não parecem ser suportes significativos para novos trabalhos neste campo.

Aliado aos fatores até aqui apontados soma-se ainda o de formação do docente para a pré-escola. No Brasil são poucas as Instituições de Ensino Superior que oferecem a habilitação Pré-Escolar, existindo conseqüentemente um número muito pequeno de profissionais graduados nesta área. As reduzidíssimas verbas para a educação, a inexistência de concursos de ingressos para o mercado de trabalho e a falta de uma remuneração condigna para este profissional, talvez expliquem o fato de poucas Universidades se dedicarem à formação do professor pré-escolar.

Manifestando-se sobre a formação deste profissional Bartomomeis (3:247) considera que "contra o que indica a pedagogia, os responsáveis pela política escolar ainda não quiseram admitir que educar crianças pequenas não é mais fácil do que educar crianças em idade escolar e que, conseqüentemente, a preparação das professoras para as escolas infantis deve ter a mesma duração e o mesmo nível cultural e profissional da dos professores primários."

A evidência dos fatos até aqui relacionados e a existência de uma série de outros (não menos importantes, mas que fazem à análise do presente artigo), nos levam a considerar que sendo o pré-escolar um campo bastante novo e plenamente aberto em termos de profissionais a formar e colocar no mercado, bem como de projetos e pesquisas a efetuar, deve-se empregar esforços no sentido de investir na pré-escola, para que a população carente tenha acesso a uma educação infantil, tão eficiente e eficaz quanto aquela que é proporcionada às crianças das classes mais privilegiadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMY, Millie. *La tarea del educador preescolar*. Buenos Aires, Marymar, 1977.
2. ASSIS, Orly Zucatto Mantovani de. *Uma nova metodologia de educação pré-escolar*. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1982.
3. BARTOLOMEIS, Francisco de. *A nova escola infantil; as crianças de 3 a 6 anos*. Lisboa, Livros Horizonte, s.d.
4. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação de Educação Pré-Escolar. *Atendimento ao pré-escolar*. Brasília, 1977.
5. ————. *Diagnóstico preliminar da educação pré-escolar no Brasil*, 1977.
6. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Setor de Educação Pré-Escolar. *Educação pré-escolar; uma nova perspectiva nacional*. Brasília, 1975.
7. CASTRO, Amélia Domingues de. *Piaget e a pré-escola*. São Paulo, Pioneira, 1979. (Série Cadernos de Educação — A pré-escola brasileira).
8. GOLBERG, Maria Amélia e outros. *Seletividade sócio-econômica no ensino de 1º Grau*. Rio de Janeiro, ANPED, CNPq, 1981.
9. HÜNT, J. McVicker. O uso de programas pré-escolares de enriquecimento como um antídoto para a privação cultural: bases psicológicas. In: PATTO, Maria Helena Souza, org. *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981, p. 87-128.
10. KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil; a arte do disfarce*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.
11. PATTO, Maria Helena Souza. *Privação Escolar e educação pré-primária*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
12. STANT, Margaret A. *Al niño preescolar; actividades creadoras y materiales para jugos*. Buenos Aires, Guadalupe, 1976.

RESUMEN

La enseñanza preescolar en Brasil es un campo que debe ser mejor explotado en términos físicos, materiales y humanos. Para eso es imprescindible analizar el atendimento dado a la faja entre cero y seis años así como definir clara y precisamente los fines de la educación infantil, estimular la investigación y la creación de cursos a nivel de graduación en el área del preescolar para que este campo sea progresivamente ocupado por docentes habilitados, capaces de promover la enseñanza y la investigación volcadas a las necesidades de esta parte da población.